

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1019409-71.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Exibição - Liminar**  
 Requerente: **OSVALDO CRISTIANO DE SOUZA**  
 Requerido: **BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Vistos**

**OSVALDO CRISTIANO DE SOUZA** ajuizou a presente **MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS** em face de **BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A**, todos devidamente qualificados.

Aduziu o autor, em síntese, que necessita de cópias dos contratos de fornecimento e aquisição de cheque especial e cartão de crédito para que possa exercer eventual direito em face do requerido.

Regularmente citado, o requerido contestou a ação sustentando preliminar de carência da ação. No mérito argumentou que bastava ao autor pedir administrativamente a apresentação dos documentos, recolhendo as taxas devidas, o que não foi feito.

A preliminar foi afastada pela decisão de fls. 42. Na oportunidade foi deferido o prazo de 05 dias para apresentação da documentação. Entretanto, o requerido permaneceu inerte.

**1019409-71.2015.8.26.0566 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****É O RELATÓRIO.****DECIDO.**

Trata-se de medida cautelar satisfativa.

O autor veio a juízo esclarecendo que a exibição dos documentos se faz necessária para averiguar eventual direito de questionar judicialmente ou mesmo administrativamente um contrato que teria firmado com o postulado.

Em tese a ação é realmente necessária e adequada a fim juridicamente possível, especialmente se considerarmos que em relação de consumo, como é o caso, tem a Instituição requerida obrigação de fornecer os documentos solicitados por seus consumidores, seja para garantir o direito básico da autora de facilitação da sua defesa em juízo (art. 6º, III, do CDC), seja porque é seu o ônus probatório do fornecimento adequado e efetivo dos serviços contratados.

Todavia, no presente caso falta ao autor interesse de agir, que é uma condição da ação com previsão expressa no art. 485, VI, no Código de Processo Civil.

Tal condição da ação é consubstanciada no trinômio utilidade-adequação-necessidade. Utilidade significa que o processo deve trazer proveito para o autor; por adequação entende-se a correspondência entre o meio processual escolhido e a tutela jurisdicional pretendida; necessidade consiste na demonstração de que a atuação do Estado é imprescindível para a satisfação da pretensão do autor.

O autor na réplica (fls. 40, parágrafo 3º) alega que ofícios foram encaminhados ao Banco Bradesco, e não ao Banco Bradesco Financiamentos, mas que tal questão é irrelevante, eis que ambas as instituições integram o mesmo conglomerado.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

No entanto, como assentado no recurso representativo de controvérsia - REsp 1.349.453:

(...) 1. Para efeitos do art. 543-C, do CPC, firma-se a seguinte tese: a propositura de ação cautelar de exibição de documentos bancários (cópias e segunda via de documentos) é cabível como medida preparatória a fim de instruir a ação principal, bastando a demonstração da existência de relação jurídica entre as partes, **a comprovação de prévio pedido à instituição financeira não atendido em prazo razoável**, e o pagamento do custo do serviço conforme previsão contratual e normatização da autoridade monetária. 2. No caso concreto, recurso especial provido.

Logo, não estando comprovado nos autos o pedido administrativo e a recusa a ele além do pagamento do custo do serviço não há como considerar configurada a resistência do banco e, portanto, interesse que justifique a movimentação do Poder Judiciário.

Ante o exposto, seguindo o disposto no art. 927, III do CPC JULGO EXTINTO o feito, sem resolução do mérito, nos termos dos artigos 485, VI, do CPC.

Custas *ex lege*.

P.R.I.

São Carlos, 10 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**